



**PREFEITURA DE  
VILHENA**  
MEIO AMBIENTE



**Ofício. nº 026/2022/SEMMA**

**Vilhena, 11 de abril de 2022.**

Exmº. Sr.

Ronildo Macedo

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Nesta.

**Assunto: Solicitação de juntada de documentos ao processo nº 40/2022.**

Tendo como base o pedido de dilação do prazo para deliberação e aprovação do Projeto de Lei nº 6330/2022, devido à solicitação de esclarecimento quanto à memória de cálculo dos custos quanto à criação e a extinção de Cargos da SEMMA, pois o cálculo apresentado não considerava contribuição previdenciária da função gratificada que está sendo criada.

Considerando que o parecer da autoria foi favorável por entender que extinção de cargos e criação de novo cargo não geraria impacto orçamentário, apresento nova memória de cálculo e novo parecer favorável.

Nessa oportunidade, requer-se, a juntada dos seguintes documentos que comprovam a afirmação supracitada ao processo:

- Custo para extinção e criação de cargos em comissão e função gratificada - errata;
- Estimativa de impacto orçamentário-financeiro das despesas no exercício e nos dois subsequentes;
- Parecer Técnico nº 242/2022/CGM.

**Marcela Rodrigues de Almeida**  
Secretária Municipal do Meio Ambiente  
Decreto nº 55.469/2022

Atenciosamente,

RECEBIDO EM  
33 / 04 / 22  
Hora: 09:20  
Ass: *André Luiz Guterres*



MUNICÍPIO DE VILHENA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA DE FOLHA DE PAGAMENTO

AUTOS Nº 854/2022

De: DIRETORIA ADMINISTRATIVA DE FOLHA DE PAGAMENTO  
Para: SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA/ CONTABILIDADE

Assunto: EXTINÇÃO E CRIAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO

Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA

Prezada Chefe da Contadoria Geral do Município de Vilhena, Sra. Lorena Horbach,

Em atendimento ao Memorando nº 019/2022/SEMMA de 21 de janeiro de 2022, segue o custo solicitado:

CARGOS EM EXTINÇÃO

CARGO	VAGA	CÓDIGO	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO REPRESENTAÇÃO	TOTAL
COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	CPC 10	260,00	1.040,00	1.300,00
DIRETOR DE DIVISÃO	1	CPC 11	242,40	969,60	1.212,00
					<b>2.512,00</b>
Previdência Empregador - 22,913%					575,57
Provisionamento 1/3 Férias					69,77
Provisionamento 13º Salário					209,33
Provisionamento 1/3 Férias Empregador - 22,913%					15,99
Provisionamento 13º Salário Empregador - 22,913%					47,96
Total Mensal					3.430,63
Total Anual					<b>41.167,56</b>

CARGO EM CRIAÇÃO

CARGO	VAGA	CÓDIGO	FUNÇÃO GRATIFICADA	TOTAL
COORDENADOR FINANCEIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	1	FG 06	2.500,00	2.500,00
				<b>2.500,00</b>
Provisionamento 1/3 Férias				69,44
Provisionamento 13º Salário				208,33
Provisionamento 13º Salário - Previdência Empregador - 25,48%				53,08
Previdência Empregador - 25,48%				637,00
Total Mensal				3.467,85
Total Anual				<b>41.614,25</b>





MUNICÍPIO DE VILHENA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA DE FOLHA DE PAGAMENTO

criação de cargos	41.614,25
extinção de cargos	41.167,56
	<b>446,69</b>

Com a alteração haverá um **CUSTO ANUAL de R\$ 446,69** (Quatrocentos e quarenta e seis reais e sessenta e nove centavos).

Encaminho os autos a **SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA/ CONTABILIDADE** para verificar se com o acréscimo, o gasto com pessoal estará dentro dos limites permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, após encaminhar a **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM** para análise e parecer quanto a legalidade das alterações e a instrução dos autos.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

Vilhena, 29 de março de 2022.

**BRUNO CRISTIANO NEVES STEDILE**  
Diretor Administrativo de Folha de Pagamento  
Decreto nº 47.845/2019  
**(ASSINADO ELETRÔNICAMENTE)**







**COMPROVAÇÃO DE PRÉVIA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E  
ÍNDICE DE GASTO COM PESSOAL ATÉ 31/12/2021**

1. Dotação Orçamentaria Inicial de Pessoal e Encargos Sociais para 2022	
2. Dotação Atualizada em 2022	154.404.963,51
3. Despesa Líquida com Pessoal em Janeiro 2021 a Dezembro de 2021(*)	176.426.670,06
4. Receita Corrente Líquida em Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021(12 meses)(*)	383.513.154,64
5. Índice de Gasto de Pessoal Dezembro de 2021 (*)	46,00%

**ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DAS DESPESAS NO  
EXERCÍCIO E NOS DOIS SUBSEQUENTES**

LRF, arts. 16 e 17, inciso I, - Anexo I

DESPESAS	ORÇAMENTO INICIAL 2022	Impacto Orçamentário Financeiro em R\$		
		2022	2023	2024
		Valor com Acréscimo	Valor com Acréscimo	Valor com Acréscimo
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>308.899.941,37</b>	-	-	-
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<b>174.122.811,67</b>	<b>188.743.007,33</b>	<b>205.877.791,71</b>	<b>223.012.427,19</b>
Juros e Encargos da Dívida	4.705.000,00	-	-	-
Outras Despesas Correntes	130.072.129,70	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>21.539.016,30</b>	-	-	-
Investimentos	16.024.016,30	-	-	-
Inversões Financeiras	0,00	-	-	-
Amortização da Dívida	5.515.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	34.893.588,00	-	-	-
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>365.332.545,67</b>	-	-	-

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda

**NOTAS:**

**ELABORAÇÃO DE IMPACTO SOBRE GASTO COM PESSOAL**

1. Ressalvando que o cálculo considerado acima, deverá ser acompanhado pela Controladoria Geral do Município-CGM tendo em vista que as contratações podem ser retiradas ou não após o presente cálculo acumulado.
2. O valor acima é considerado despesa bruta com pessoal consolidada, ou seja, somando-se a Administração Direta e Indireta.
3. As despesas prevista de 2021 e 2022 e 2023 são estimativas conforme (Anexo I e III) e LDO de, 2021 e 2022 e 2023.

em 06/04/2022 - 15:22, e  
Je 1

U (CPF 147.500.038-32) BRUNO DE LIMA SILVA (CPF 032.892.1  
amas.com.br/pmvilhena/documento/documentoAssinado/21189. Fo.

Prefeitura de Vilhena  
Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO TOSHIYA  
pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: https://lxsign





## Premissas e Metodologia de Cálculo Aplicada

LRF, art. 17, § 4.º

### PREVISÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

1. A Receita Corrente Líquida foi calculada de acordo com o disposto no § 3.º do artigo 2.º da Lei Complementar n.º 101 de 4 de maio de 2000.

2. O valor da RCL aplicada é de R\$ 383.513.154,64 (trezentos e oitenta e três milhões, quinhentos e treze mil, cento e cinquenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) tomando por base o período de realização de Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021, ou seja, 12 meses.

3. Para os exercícios de 2023 e 2024 os valores da RCL são as estimadas devido aumento de 2021.

4. O Acréscimo refere-se ao custo mensal individual de R\$ 37,22 (trinta e sete reais e vinte e dois centavos), o custo mensal acumulado no ano é de R\$ 1.427.923,51 (um milhão, quatrocentos e vinte e sete mil, novecentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos), o custo anual para 2022 de R\$ 14.620.195,66 (quatorze milhões, seiscentos e vinte mil, cento e noventa e cinco reais e seis centavos) e para o exercício de 2023 e 2024 de R\$ 17.135.082,17 (dezesete milhões, cento e trinta e cinco mil, oitenta e dois reais e quarenta e dezesseis centavos).

O cálculo refere-se ao processo 854/2022

5. Quanto ao impacto sobre o índice de gasto com pessoal conforme a LRF, temos:

#### Impacto para 2022

Total da Despesa Pessoal Dezembro 2021 + Acréscimos 2022	191.046.865,72
<b>Receita Corrente Líquida Dezembro 2021</b>	<b>383.513.154,64</b>
% da Despesa de Pessoal	49,81%
% de Acréscimo	3,81%

#### Impacto para 2023

Total da Despesa Líquida com Pessoal Prevista	208.181.947,89
<b>Receita Corrente Líquida Prevista</b>	<b>423.513.155,00</b>
% da Despesa de Pessoal	49,16%
% de Acréscimo	3,15%

#### Impacto para 2024

Total da Despesa Líquida com Pessoal Prevista	225.317.030,06
Receita Corrente Líquida Prevista	106.305.930,00
<b>Receita Corrente Líquida Prevista</b>	<b>468.513.155,00</b>
% da Despesa de Pessoal	48,09%
% de Acréscimo	2,09%

Limite Legal	54,00%
Limite Prudencial	51,30%

**BRUNO DE L. SILVA**  
Contador

Vilhena/RO, 05.04.2022

Concluindo: segue em anexo, declaração conforme artigo 16 inciso II da LC nº101/2000 LRF.

Declaro que conforme o artigo 16 inciso II da LRF que Índice das contratações gerais, com custo mensal R\$ 1.422.421,73 (um milhão, quatrocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e vinte e um reais e setenta e três centavos), anual R\$ 14.576.181,39 (quatorze milhões, quinhentos e setenta e seis mil, cento e oitenta e um reais e trinta e nove centavos) tem adequação orçamentária financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**EDUARDO TOSHIYA TSURU**  
Prefeito Municipal







**PODER EXECUTIVO**  
**MUNICÍPIO DE VILHENA**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Controladoria Geral do Município – CGM**



**PARECER TÉCNICO Nº 242/2022/CGM**  
**PROCESSO Nº 854/2022**

**ASSUNTO:** Conforme o memorando nº 052/SEMMA/2022 – excluir cargos comissionados de coordenador administrativo e diretor de divisão e criação da função gratificada Coordenador Financeiro do Fundo Municipal de Meio Ambiente.

**INTERESSADO: SEMMA**

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal, Lei Municipal Nº 1.622, de 27 de abril de 2003 e suas alterações, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando a orientar o Administrador Público.

Através do Processo Administrativo nº 854/2022 trazido para análise desta Controladoria Geral do Município, pleiteia o interessado a exclusão dos cargos comissionados de coordenador administrativo e diretor de divisão e a criação da função gratificada de coordenador financeiro do Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Este Controle Interno, com suporte na Lei Complementar nº 101/2000 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, notadamente, no inciso III do artigo 59, manifesta a necessidade da Administração atentar ao controle de despesas até o final do corrente ano, vejamos:

*Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:*

*I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;*

*II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;*

*III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;*

*IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;*

*V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;*

*VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver. (destaques nossos)*

*Ressalte-se que as medidas descritas nos artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/2000 e §§3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal, são as que se transcreve abaixo:*







**Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.**

**Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:**

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

**II - criação de cargo, emprego ou função; (nosso grifo).**

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

**Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.**

§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária. (Vide ADIN 2.238-5)

**Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.**

(...)

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis.

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

Encerrando o pronunciamento, cabe mencionar, por oportuno, comentário acerca do **gasto com pessoal**, conforme Comprovação de Prévia Dotação Orçamentária e Índice de Gasto C/ Pessoal e de Premissa e Metodologia de Cálculo Aplicada, movimentações nº 09 e 10 devidamente assinada pelo setor de contabilidade,





onde evidencia a projeção acumulado de gasto com pessoal até 31/12/2021 (3º trimestre) de 46,00% relativo à RCL, índice esse abaixo do limite de alerta de 48,6%, de acordo com o Art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentando em seu cálculo a somatória dos novos gastos com o referido projeto de 49,81%, impacto acima do limite de alerta.

Com base no relatório, ficou evidenciado que a projeção do índice está abaixo do limite prudencial de 51,30%, o que nos faz emitir parecer favorável com ressalva visto que, recomenda-se que o índice fique abaixo do limite prudencial sob pena de o **Chefe do Poder Executivo incorrer em crime de responsabilidade.**

Este Controle Interno, em sua missão institucional, continuará informando e alertando ao Chefe do Executivo Municipal para que deva ser dada atenção especial à correta aplicação dos recursos públicos nesta área, a fim de evitar gastos excessivos sem ter as receitas necessárias para cobri-los.

É o nosso parecer, que se submete à consideração de Vossa Senhoria, S.M.J.

**Encaminho o presente processo ao Gabinete para ciência deste parecer pelo Chefe do Poder Executivo.**

**Depois da ciência, que o processo seja encaminhado à PGM para o prosseguimento do procedimento legislativo.**

Vilhena, 08 de abril de 2022.

Érica Pardo Dala Riva  
Controladora-Geral do Município

QR Code ao lado e ou

(CPF 905.323.092-00), em 08/04/2022 - 12:02, e pode ser validado.  
Assinado/22081. Folha 3 de 3

Prefeitura de Vilhena  
Este documento foi assinado digitalmente por ERICA PARDO DALA  
pelo link: <https://tfsign.lxsistemas.com.br/pm/vilhena/documento/docu>

